

A ética e o juízo profissional

Há algumas décadas vimos lutando para que os diversos segmentos da sociedade reconheçam a necessidade em se tratar a sexualidade humana com clareza, objetividade e com a delicadeza que ela requer (assim como qualquer contexto afetivo-sexual o merece). Temos visto crescer as publicações em temas afeitos à sexualidade, pesquisas científicas que envolvem reprodução humana, cursos de formação profissional, serviços de atendimento por telefone e Internet, consultoria em jornais e revistas, programas de rádio e televisão. Certamente a SBRASH, tem conquistado seus objetivos previstos em estatuto, que intentam em primeiro plano estimular o estudo da sexualidade humana promovendo o intercâmbio científico entre os profissionais, através de cursos, seminários, eventos e outras atividades, bem como publicar e apoiar outras publicações e materiais de boa qualidade que tenham propostas educativas, de orientação e informação. É com satisfação que temos compartilhado com muitos de nossos associados a conquista de seu empenho profissional, seja este uma obra, um artigo para jornal, ou ainda um caso atendido em consultório.

Se a conscientização de uma necessidade (que Vitiello tão bem nomeou de “A educação sexual necessária”) e a estimulação da formação dos profissionais que buscam qualificação nesta área, tem sido nossa constante preocupação, parece-nos que no início deste novo milênio a discussão também apontará para a questão ética do profissional em sexologia. A começar pelo termo “sexólogo”, amplo o suficiente para apropriações indevidas (inclusive matéria do editorial de nosso Boletim Informativo Ano XI - nº 04 - 1999), a qualificação profissional e mais precisamente, as vertentes que compõem a atuação destes profissionais tem sido tema de discussão em correspondência direta ao desenvolvimento dos conceitos que envolvem a noção de cidadania.

Temos observado que outras entidades, muitas delas parceiras da SBRASH, tem também traçado alguns perfis interessantes. O Conselho Federal de Psicologia, por exemplo, publicou uma resolução em 23 de março deste ano que estabelece “...normas para que os psicólogos contribuam para acabar com as discriminações em relação à orientação sexual” (resolução do CFP nº- 1/99). Também a WAS - World Association for Sexology, divulgou em agosto deste ano a “Declaração dos Direitos Sexuais” que desde 1997 vem sendo elaborada por seus associados.

Outras temáticas tem sido levadas a público demonstrando a preocupação com a necessidade do tracejado ético que envolve a vida do ser humano, levando em consideração a sua individualidade, sua interação com o meio e sua constante evolução. Abordam desde questões que envolvem a biogenética como a escolha dos gametas para a reprodução ou cirurgias para mudança de sexo, a possibilidade legal de aborto eugênico ou ainda a liberdade do uso do computador “plugado” na Internet para troca de imagens eróticas de qualquer ordem.

A palavra ética assim está descrita no mais que conhecido dicionário Aurélio da língua portuguesa: “Estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal”. Embora esta descrição contenha até um certo viés maniqueísta (do bem e do mal) e possa ser objeto de outra reflexão e escrito, o que nos chama a atenção é a palavra *conduta*. Conduta como procedimento ou comportamento remete a ação de executar, mas também faz alusão a conduzir, direcionar. Nesse sentido acredito que temos nos empenhado em conduzir com esmero, os estudos da sexualidade humana para o âmbito social, educacional e político de nosso país. Há que se reforçar, no entanto, que nem sempre e infelizmente as discussões que envolvem o poder público buscam, nos profissionais da área da sexualidade, informação a apoio.

Em nossos “estudos de juízo” temos tentado avaliar as qualificações profissionais, formular um código de ética, publicar manuais de referência, auxiliar em uma especialização profissional de boa qualidade. Entretanto só isso não basta. Cada profissional deve ostentar também certo juízo para refletir sobre sua conduta ética. Assim poderá auxiliar na construção do processo ético de nossa sociedade, que esperamos esteja por ajuizar-se nos próximos anos.

Ana Cristina Canosa Gonçalves
Editora assistente